

Prévia do resultado primário do governo central de setembro de 2017

Daniel Veloso Couri¹ e Gabriel Leal de Barros²

O déficit primário do governo central em setembro deverá ficar próximo a R\$ 22,9 bilhões (em agosto foi de R\$ 9,6 bilhões). A receita primária administrada pela Receita Federal deve mostrar importante avanço frente a setembro de 2016 (+11,0%), com destaque para PIS (+11,2%) e Cofins (+16,5%), ambas sob efeito da elevação de alíquotas ocorrida em julho. As despesas, por outro lado, mantêm trajetória ascendente (+3,5%, em relação a setembro de 2016), mesmo com expressiva redução das despesas discricionárias (-9%). Nossa projeção de déficit primário para o ano é de R\$ 155,2 bilhões.

O governo central deverá registrar déficit primário em torno de R\$ 22,9 bilhões em setembro, segundo dados preliminares extraídos do sistema Siga Brasil³, do Senado Federal. No acumulado do ano, o déficit deverá se aproximar de R\$ 108,7 bilhões e, em doze meses, de R\$ 168,8 bilhões (a preços correntes). A presente nota dá continuidade aos exercícios realizados desde junho⁴, que anteciparam os dados fiscais mensais com elevada aderência.

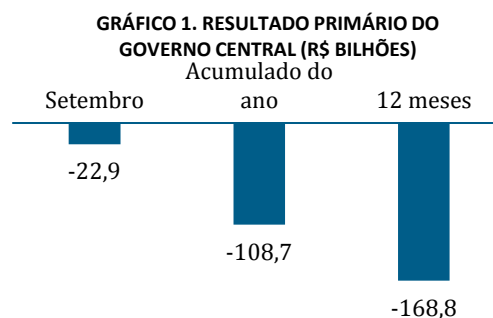
Já considerando a inflação no período, o resultado de setembro (-R\$ 22,9 bilhões) deverá ser pior do que o obtido em agosto deste ano (-R\$ 9,6 bilhões), mas um pouco melhor que o de setembro de 2016 (-R\$ 25,9 bilhões). Vale lembrar que o resultado de agosto deste ano foi influenciado positivamente pela arrecadação atípica proveniente da restituição ao Tesouro de precatórios não sacados, no valor de R\$ 6 bilhões.

Na comparação com setembro do ano passado, merece destaque o desempenho positivo das **receitas administradas** pela Receita Federal do Brasil (RFB), com aumento real de cerca de 11,0%. É o segundo mês consecutivo de bom desempenho, dado que, em agosto, o crescimento frente ao mesmo mês de 2016 já havia sido de 13,6%. Mesmo quando desconsideradas as receitas atípicas no mês, o desempenho havia sido positivo (6,7%)⁵.

Em setembro, o avanço será influenciado, mais uma vez, pela arrecadação com as **contribuições do PIS/PASEP e da Cofins**, ambas impactadas, entre outros fatores, pela elevação de alíquotas incidentes sobre a venda de álcool, promovida em julho (Decreto 9.112/2017). Vale notar que essas duas contribuições, somadas, correspondem a cerca de 20% da receita total e alterações de alíquota tendem a repercutir de forma significativa na arrecadação federal. O imposto de renda retido na fonte (principalmente o proveniente dos rendimentos do trabalho) e o imposto sobre produtos industrializados também deverão mostrar alta relevante no mês (+6,6% e +19%, respectivamente).

O mês também deve ser impactado por receitas atípicas provenientes de parcelamentos especiais, como o **Programa de Regularização Tributária - PRT (MP 766/2017)** e **Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (MP 783/2017)**. Dados já divulgados pela RFB (em 19/10) dão conta de que, em setembro, a arrecadação com esses dois programas atingiu R\$ 2,8 bilhões.

Tomando os dados divulgados pela Receita, estimamos que a arrecadação federal líquida de eventos atípicos avançou 5,2% ou R\$ 4,9 bilhões em relação a setembro de 2016, desempenho favorável e um pouco menos vigoroso que o exibido



Fonte: Tesouro Nacional e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

¹ Analista da IFI.

² Diretor-adjunto da IFI.

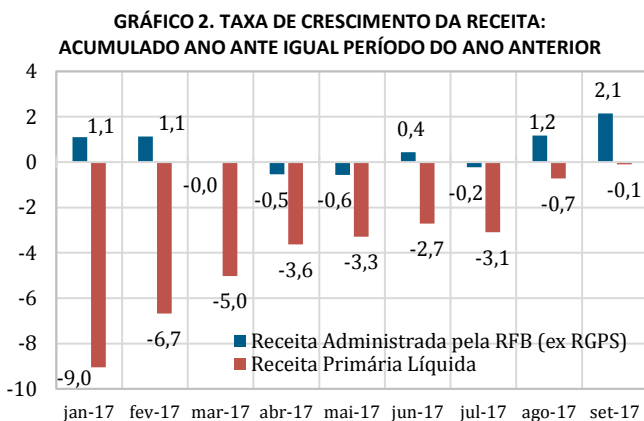
³ Os dados fiscais primários foram extraídos, majoritariamente, do Siga Brasil, cuja fonte primária é o Siafi. O critério para se aferir a despesa paga, nesse caso, é o do "valor pago", distinto do utilizado pela STN no Resultado do Tesouro Nacional ("pagamento efetivo"). Isso ajuda a explicar eventuais discrepâncias entre os dados da IFI e os publicados pela STN ao final de cada mês.

⁴ Vide Notas Técnicas nº 4, nº 6 e nº 9.

⁵ Para maiores detalhes acerca dos ajustes realizados, ver Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de outubro. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/532983/RAF9_OUT2017.pdf.

pelos dados oficiais (avanço de 8,7% ou R\$ 8,4 bilhões). Ou seja, é o segundo mês consecutivo de importante expansão da arrecadação em termos reais, em média, de 6%.

A **receita primária líquida**, que deduz do total as transferências por repartição de receita, deverá mostrar um aumento de 8,2% em setembro frente ao mesmo mês do ano anterior. Com isso, no acumulado do ano, chegaria muito próximo ao desempenho de 2016 (apenas 0,1% menor). Olhando apenas as receitas administradas pela RFB, a arrecadação no ano deve mostrar um crescimento de cerca de 2,1% em relação a 2016, ampliando a diferença que já havia sido observada até agosto (+1,2%). O desempenho da receita em setembro, se confirmado, reforçará a percepção de melhora que vem se desenhando ao longo de 2017 (Gráfico 2).

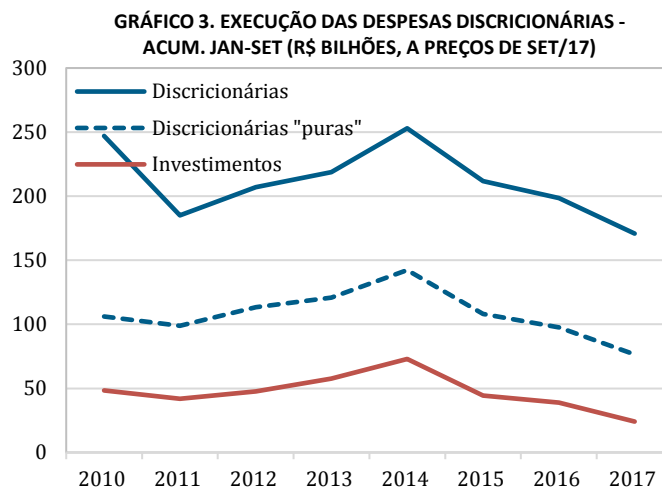


Fonte: Tesouro Nacional e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

As **despesas primárias**, por sua vez, deverão ter aumento real de 3,5% em relação a setembro de 2016. O resultado é explicado pelo crescimento dos principais itens da despesa primária da União, **benefícios previdenciários e pessoal**. Esperam-se avanços da ordem de 7,4% e 7,5%, respectivamente, ambos em relação a setembro de 2016. Vale lembrar que, em setembro, a despesa com benefícios previdenciários foi impactada pelo pagamento da primeira parcela do décimo-terceiro relativo a 2017.

O crescimento dos gastos primários, ao longo de 2017, tem sido parcialmente compensado pela **contenção das despesas discricionárias**. Em setembro, o recuo real desse grupo deverá ser de 9%, frente a setembro de 2016, com destaque para os investimentos do PAC (-29,3%), inclusive o Minha Casa Minha Vida (-84,5%).

A queda das despesas discricionárias se iniciou em 2015, diante da necessidade de cumprimento da meta de resultado primário em contexto de frustração recorrente de receitas e crescimento acelerado dos gastos obrigatórios. De janeiro a setembro de 2017, as despesas discricionárias deverão atingir R\$ 170,8 bilhões, 32,5% inferior ao patamar observado no mesmo período em 2014 (R\$ 253,0 bilhões).



Fonte: Tesouro Nacional e Siga Brasil. Elaboração: IFI.

O conjunto das despesas discricionárias, para efeito de apuração do Resultado do Tesouro Nacional, contempla algumas despesas a rigor obrigatórias, como o Bolsa Família, benefícios a servidores públicos (assistência médica, auxílio alimentação etc.) e outras relativas a Saúde e Educação. O conjunto que efetivamente representa as despesas discricionárias e que é, de fato, passível de contingenciamento, teve recuo ainda mais expressivo no período (chamamos esse grupo, no Gráfico 3, de "Discricionárias 'puras'").

O nível das despesas efetivamente discricionárias, em 2017, é praticamente metade do verificado em 2014, nos nove primeiros meses do ano (linha tracejada no Gráfico 3). Os investimentos, principal componente desse grupo, recuaram quase 67%, na mesma comparação.

Esses números mostram que a discussão sobre o corte de despesas discricionárias vis-à-vis a necessidade de manter a prestação de serviços públicos relevantes é premente e deve estar contemplada no debate mais amplo em torno do processo de consolidação fiscal.

Passados nove meses de 2017, o déficit primário deverá atingir R\$ 108,9 bilhões, contra déficit de R\$ 104,3 bilhões em igual período de 2016 (a preços de set/17). Em doze meses, o déficit do governo central deverá chegar a R\$ 168,8 bilhões, pior do que a atual meta de déficit, de R\$ 159 bilhões, mas ainda impactado tanto pela aceleração do gasto observada na segunda metade de 2016 quanto pelo pagamento antecipado dos precatórios e sentenças judiciais neste ano. Para 2017, a IFI projeta déficit primário de **R\$ 156,2 bilhões** para o governo central, conforme detalhado no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de outubro⁶.

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - SETEMBRO (R\$ BILHÕES, PREÇOS DE SET/17)*

Item	Setembro (R\$ bilhões)			
	2016	2017	Var.	Var. %
Receita Total (A)	96,0	103,3	7,3	7,6
Administrada pela RFB	59,0	65,5	6,5	11,0
Previdenciária	28,4	29,2	0,8	2,7
Não Administrada pela RFB	8,6	8,7	0,0	0,5
Transferências a Estados e Municípios (B)	13,2	13,7	0,5	3,6
Receita Líquida (A-B)	82,8	89,6	6,8	8,2
Despesa Total	108,7	112,5	3,8	3,5
Pessoal	20,2	21,7	1,5	7,5
Previdência Social	54,1	58,1	4,0	7,4
Abono e Seguro	4,4	4,3	-0,1	-2,7
BPC	4,2	4,5	0,2	5,6
Subsídios e subvenções	0,5	0,1	-0,4	71,3
Discricionárias	22,0	20,0	-2,0	-9,0
Outras	3,2	3,7	0,5	16,6
Resultado Primário	-25,9	-22,9	3,0	11,5

Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI. * Dados preliminares.

⁶ Veja aqui a íntegra do RAF de outubro: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/532983/RAF9_OUT2017.pdf.